



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.30.11.2020.

Processo SEI nº 1190.01.0017710/2021-68

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2021
PROCESSO DE COMPRA Nº 1191001 - 88/2021

Regime de Execução Indireta: Prestação de Serviços (sem dedicação exclusiva de mão de obra)

Critério de Julgamento: menor preço

Modo de disputa: Aberto

Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP)

Objeto: Aquisição de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

EDITAL

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
9. DA PROVA DE CONCEITO
10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13. DA ADJUDICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
14. DA CONTRATAÇÃO
15. DA SUBCONTRATAÇÃO

16. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
17. DO PAGAMENTO
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
19. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO DE EDITAL III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO DE EDITAL IV - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO DE EDITAL V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

ANEXO DE EDITAL VI - MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS - SEF/MG, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto, em sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br, visando a aquisição de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e da Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar** nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelas **Leis Estaduais** nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais** nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº 47.437, 26 de junho de 2018, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº. 47.794, de 19 de dezembro de 2019, pela **Resolução SEPLAG** nº 93, de 28 novembro de 2018, pela **Resolução Conjunta SEPLAG/SEF** n.º 8.898 de 14 de junho 2013, pela **Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG** n.º 9.576, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

1.1. O pregão será realizado pela Pregoeira Lúcia Helena Tâmie Anraki - Masp: 340.144-5, designada na Portaria SEF/SPGF n.º 01, de 24/05/2021, e Equipe de Apoio constituída pelo servidores: Armando de Araujo Abrantes - Masp: 668.383-3 e Luciana Mara da Silva Jardim - Masp: 371.847-5.

1.1.1. Em caso de impossibilidade de comparecimento da pregoeira indicada no item anterior, atuará como sua substituta a Pregoeira Cláudia Ribeiro de Souza - Masp: 369.716-6, designada por meio da Portaria SEF/SPGF n.º 01, de 24/05/2021.

1.1.2. A sessão de pregão terá início no dia 09 de dezembro de 2021, às 09:30 horas. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.2. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>.

3.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail spgfdaclicitacao@fazenda.mg.gov.br, observados o prazo previsto no item 3.1.

3.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar à Secretaria de Estado de Fazenda a indisponibilidade do sistema

3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”).

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ), Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.

3.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.

3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

3.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam

e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.

4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

4.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR as empresas que:

4.4.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.4.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

4.4.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.4.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.8. Empresas reunidas em consórcio.

4.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 4.6.1, que,

para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do Anexo III do Edital:

4.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

4.7.2. que está ciente das condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

5.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 4.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

5.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

6.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e à documentação de habilitação deverão ser anexados no sistema, por upload, separadamente em campos próprios.

6.1.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e os documentos de habilitação deverão, preferencialmente, ser assinados eletronicamente.

6.1.1.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

6.1.2. As orientações para cadastro de proposta e envio dos documentos de habilitação encontram-se detalhadas no Manual Pregão Eletrônico - Decreto nº 48.012/2020 acessível pelo [Portal de Compras](#).

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

6.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos abaixo, bem como, realizar o upload sua proposta comercial, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Anexar em PDF arquivo referente à Proposta Comercial contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes presentes no Anexo I - Termo de Referência.

7.1.3. O preenchimento dos campos do sistema bem como o arquivo referente a Proposta Comercial anexada deverá se referir, individualmente, a cada lote.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

7.3.1. Deverá ser apresentada planilha que expresse a composição de todos os custos unitários do itens envolvidos em cada lote do presente certame.

7.3.2. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste Edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para cada lote.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de

aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

8.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 700,00 (setecentos reais).

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da etapa competitiva.

8.10. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive em lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 8.9., o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. **Do empate ficto**

8.18.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com

os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

8.18.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19. **Do empate real**

8.19.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.19.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados:

8.19.2.1. no país;

8.19.2.2. por empresas brasileiras;

8.19.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.19.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.22. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.22.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL

OFERTADO PARA O LOTE ÚNICO, apurado de acordo com o Anexo II - Proposta Comercial.

8.22.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

8.22.2.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

8.22.2.2. Considera-se inexequível a proposta que a presente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.22.2.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.22.2.2.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.22.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.22.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.22.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.22.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.22.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, bem como as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.22.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.22.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.22.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.22.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.22.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

9. DA PROVA DE CONCEITO

9.1. Não haverá prova de conceito no presente certame.

10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) CADIN - Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;
- b) CAGEF/CAFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalcompras/fornecedoresimpedidoscon.do>;
- c) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU pelo site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

10.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.1.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da

sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.7. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo II - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo III - Modelos de Declarações.

10.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

10.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

10.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

10.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda -CNPJ;

10.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG.

10.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a

Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

10.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser emitida pelo site: www.fazenda.mg.gov.br.

10.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

10.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-Ada Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

10.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.9. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

10.10. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

10.10.1. Atestado(s) comprobatório(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a prestação dos serviços/fornecimento dos produtos em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado, de forma satisfatória e a contento, devidamente datado(s) e assinado(s), vedado o auto atestado.

10.10.2. Os atestados deverão conter:

10.10.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

10.10.2.2. Local e data de emissão.

10.10.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

10.10.3. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

10.11. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

10.11.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

10.11.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

10.11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

10.11.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

10.11.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

10.11.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.11.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

10.11.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

10.11.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ(MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.11.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

10.11.5. Aos beneficiários listados no item 4.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

10.11.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.11.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no "chat" que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail spgfdaclicitacao@fazenda.mg.gov.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 11.1.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

13.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme minuta do Anexo IV - Contrato, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.1.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais -

SEI/MG.

14.1.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

14.1.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimentosei@planejamento.mg.gov.br.

14.1.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14.1.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

14.1.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

14.1.3.1. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, §2º do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

14.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através do sistema do Portal de Compras - <http://www.compras.mg.gov.br/#>.

14.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do objeto conforme definido no Termo de Referência ANEXO a este Edital.

15.2. A subcontratada também deverá cumprir os requisitos de habilitação, em especial os requisitos de habilitação técnica.

15.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Para os Órgãos/Entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais, o pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do

recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE. Para os demais participantes, o pagamento será realizado a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, de acordo com normativo próprio a que se sujeita, mantendo-se os prazos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

17.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

17.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

17.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

17.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

17.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia -SELIC.

17.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

17.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

17.4. Para fins de pagamento, o fornecedor deverá informar domicílio bancário junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da Portaria nº 001, de 9/11/2010, do Diretor da Superintendência Central de Administração Financeira da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SCAF/SEF.

17.4.1. Caso o fornecedor não tenha conta no banco a que se refere o subitem 17.4., deverá providenciar a abertura de conta corrente em qualquer agência do referido banco, comunicando à SEF/MG os dados de seu domicílio bancário para fins de certificação de cadastro junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG e posterior recebimento de seus créditos.

17.4.2. Excepcionalmente, mediante manifestação formal do fornecedor que esteja impossibilitado de manter conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A., o pagamento poderá ser feito nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria SCAF nº 001/2010.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, E no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por escrito;

18.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;

18.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento

de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

18.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

18.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 18.1.1., 18.1.3., 18.1.4., 18.1.5.

18.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

18.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

18.7. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3., 18.1.4. e 18.1.5. serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

18.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

18.8.1. Retardarem a execução do objeto;

18.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

18.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

18.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

18.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

19.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração

de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

19.3. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

19.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

19.5. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.7. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

19.8. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: www.compras.mg.gov.br.

ARILSON LEANDRO FERNANDES CORREA LOPES

Diretor de Aquisições e Contratos

BLEND A ROSA PEREIRA COUTO

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 22/11/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Blenda Rosa Pereira Couto, Superintendente**, em 22/11/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38244796** e o código CRC **05D7C19E**.



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

Versão v.20.09.2020.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

LOTE ÚNICO				
ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS
1	110175	01	Unidade	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD DATA POINT PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.
2	110175	26	Unidade	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE BASE EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.
3	110175	10	Unidade	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.
4	110175	20	Unidade	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE DEVELOPER EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.
5	110175	05	Unidade	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE DBA EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.
6	110175	02	Unidade	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE DBA EXADATA EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1.1. **Especificações do item 1:** Licença de uso perpétuo de *software* TOAD DATA POINT PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico.

Item 1	Software QUEST - TOAD DATA POINT PROFESSIONAL EDITION		
Subitem	Especificação	Exigência	
	1.1	O <i>software</i> deverá ter a capacidade de se conectar, de forma nativa, a várias fontes de dados em SGBDs (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados), incluindo <i>Oracle Database</i> , DB2, Teradata, MySQL, Microsoft Access e por qualquer plataforma compatível - ODBC. Como também, se conectar a bancos NoSQL, tais como: Salesforce.com, Hadoop, Cassandra,	Mínimo Obrigatório

		MongoDB, DynamoDB.	
FUNÇÕES BÁSICAS	1.2	O <i>software</i> deverá ter acesso ao dicionário de dados padrão do SGBD conectado para exibição de suas estruturas, em interface gráfica, especialmente as tabelas de dados, <i>procedures</i> , <i>functions</i> e demais objetos com conteúdo para consultas.	Obrigatório
	1.3	Deverá ter um construtor de consultas (SQL <i>query</i>), com visualizador interativo dos dados retornados de tabelas ou de outros tipos de objetos.	Obrigatório
	1.4	Criar e compartilhar relatórios e gráficos de resultados de consultas a dados.	Obrigatório
	1.5	Possibilitar exportar dados de resultados de consultas (SQL <i>query</i>) às tabelas para arquivos tipo Excel, .CSV, .TXT, HTML PDF e outros possíveis formatos.	Obrigatório
	1.6	Possibilitar execução de cargas de dados brutos externos em tabela de dados, com utilitário tipo <i>wizard</i> .	Obrigatório
	1.7	Transformar e limpar os resultados de consultas de dados (adicionar cálculos, colunas e agrupamentos, encontrar duplicatas e mais) em interface gráfica.	Obrigatório
	1.8	Permitir salvar perfis de visualização e amostras de tabelas de banco de dados e conjuntos de dados por padrões, valores únicos, duplicatas, informações em falta, mín. / máx. valores e mais.	Obrigatório
	COMPATIBILIDADE	2.1	O <i>software</i> deverá ser compatível, com todas suas funcionalidades ativas, com o sistema operacional Windows 10, ou superior, nas versões para 32 e 64 bits.
GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO	3.1	O <i>software</i> deverá ter garantia e serviço de suporte técnico do fabricante, fornecido conforme condições descritas no item 1.2, subitem 1.2.1 (DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES), deste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Obrigatório

1.1.2. **Especificações do item 2:** Licença de uso perpétuo de *software* TOAD FOR ORACLE BASE EDITION e serviço de suporte técnico.

Item 2	Software QUEST - TOAD FOR ORACLE BASE EDITION	
Subitem	Especificação	Exigência
	O <i>software</i> deverá atender, em relação às suas funcionalidades, o SGBD (Sistema Gerenciador de	

FUNÇÕES BÁSICAS	1.1	Banco de Dados) ORACLE DATABASE, nas versões 12.1, 12.2, 18, 19 e superiores, nas plataformas SPARC, x86, em sistemas operacionais Solaris, Oracle Linux e demais compatíveis.	Obrigatório
	1.2	Gerar uma representação gráfica de tabelas e visualizações de esquemas, os relacionamentos de objeto e minimizar a codificação e outros erros. Relatórios HTML e RTF podem ser gerados e enviados por e-mail.	Obrigatório
	1.3	Possibilitar o trabalho em equipe de desenvolvedores por meio do compartilhamento de ativos e padrões baseados em projetos. Garantir que todos usem objetos de banco de dados, arquivos e outros dados corretos.	Obrigatório
RECURSOS PARA DESENVOLVIMENTO	2.1	Construtor/Editor de comandos SQL e código PL/SQL.	Obrigatório
	2.2	Tenha <i>Debugger</i> integrado.	Obrigatório
	2.3	Usar modelos predefinidos, para criar e compartilhar novos códigos mais rapidamente e com o padrão correto. Os modelos podendo ser personalizáveis.	Obrigatório
	2.4	Permitir que múltiplos esquemas em dois ambientes de banco de dados (por exemplo, PROD e TEST) sejam comparados em uma única etapa.	Obrigatório
	2.5	Possibilitar o uso de construções de códigos pré-escritos (blocos de cursor, etc.). Ter uma mini-biblioteca de construções (funções Oracle, etc). Captura de código SQL do aplicativo (Java, VB, etc) com remoção automática de caracteres não SQL. Recuperar histórico de execução de SQL e copiar instruções de volta para o Editor para execução.	Obrigatório
	2.6	Facilidade de navegação para manipulação de métodos, cursores, <i>constraints</i> , <i>exceptions</i> , parâmetros, registros, subtipos e variáveis.	Obrigatório
	2.7	Facilidade de edição: <i>autoreplace</i> , formatação de código, <i>popups</i> de procedimentos e funções, <i>popups</i> de nomes de colunas e modelos de código PL/SQL.	Obrigatório
	2.8	Debugging externo/remoto (código chamado de aplicações Java, C++, etc.).	Obrigatório
	2.9	Conversão de código SQL embutido para outros ambientes de programação (Java, C++, etc.).	Obrigatório
	2.10	Visualização do conteúdo de campos CLOB.	Obrigatório
ANÁLISE DE CÓDIGO E OTIMIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SQL	3.1	Visualização do plano de execução.	Obrigatório
	3.2	Visualização da saída do arquivo de trace.	Obrigatório
	3.3	Apresentação de informações da sessão e métricas de performance.	Obrigatório
	4.1	Permitir que os desenvolvedores importem dados de um arquivo externo, como Excel ou Access, ou de outro banco de dados via ODBC para uma tabela Oracle. As operações podem ser salvas, podendo ser reproduzida ou programada.	Obrigatório

GERENCIAMENTO DE DADOS	4.2	Permitir que os dados da tabela Oracle podem ser exportados para um formato externo, como Excel, Access ou Insert / Merge, etc. ou para outro banco de dados via ODBC. As operações podem ser salvas, podendo ser reproduzida ou programada.	Obrigatório
	4.3	Copiar uma parte dos dados de um esquema para outro, mantendo a integridade referencial, para poder trabalhar com um conjunto menor de dados.	Obrigatório
	4.4	Permitir que os dados da tabela sejam exibidos em vários painéis que representam as dependências pai-filho. Também oferecer suporte a links de banco de dados para outros bancos de dados.	Obrigatório
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS	5.1	Geração de relatórios em formato HTML.	Obrigatório
	5.2	Geração e distribuição de relatórios automática.	Obrigatório
COMPATIBILIDADE	6.1	O <i>software</i> deverá ser compatível, com todas suas funcionalidades ativas, com o sistema operacional Windows 10, ou superior, nas versões para 32 e 64 bits.	Obrigatório
GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO	7.1	O <i>software</i> deverá ter garantia e serviço de suporte técnico do fabricante, fornecido conforme condições descritas no item 1.2, subitem 1.2.1 (DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES), deste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Obrigatório

1.1.3. **Especificações do item 3:** Licença de uso perpétuo de *software* TOAD FOR ORACLE PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico.

Item 3		Software QUEST - TOAD FOR ORACLE PROFESSIONAL EDITION	
Subitem		Especificação	Exigência
FUNÇÕES BÁSICAS	1.1	O <i>software</i> deverá atender, em relação às suas funcionalidades, o SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) ORACLE DATABASE, nas versões 12.1, 12.2, 18, 19 e superiores, nas plataformas SPARC, x86, em sistemas operacionais Solaris, Oracle Linux e demais compatíveis.	Obrigatório
	1.2	Gerar uma representação gráfica de tabelas e visualizações de esquemas, os relacionamentos de objeto e minimizar a codificação e outros erros. Relatórios HTML e RTF podem ser	Obrigatório

	gerados e enviados por e-mail.		
1.3	Permitir que os gerentes de desenvolvimento definam um padrão mínimo de qualidade quando os desenvolvedores verificam o código no controle de versão. O código será rejeitado até que as violações de codificação sejam corrigidas.	Obrigatório	
1.4	Possibilitar o trabalho em equipe de desenvolvedores por meio do compartilhamento de ativos e padrões baseados em projetos. Garantir que todos usem objetos de banco de dados, arquivos e outros dados corretos.	Obrigatório	
RECURSOS PARA DESENVOLVIMENTO	2.1	Construtor/Editor de comandos SQL e código PL/SQL.	Obrigatório
	2.2	T e n h a <i>Debugger</i> integrado.	Obrigatório
	2.3	Usar modelos predefinidos, para criar e compartilhar novos códigos mais rapidamente e com o padrão correto. Os modelos podendo ser personalizáveis.	Obrigatório
	2.4	Permitir que vários esquemas em dois ambientes de banco de dados (por exemplo, PROD e TEST) sejam comparados em uma única etapa.	Obrigatório
	2.5	Possibilitar o uso de construções de códigos pré-escritos (blocos de cursor, etc.). Ter uma mini-biblioteca de construções (funções Oracle, etc). Captura de código SQL do aplicativo (Java, VB, etc) com remoção automática de caracteres não SQL. Recuperar histórico de execução de SQL e copiar instruções de	Obrigatório

		volta para o Editor para execução.	
	2.6	Facilidade de navegação para manipulação de métodos, cursores, <i>constraints</i> , <i>exceptions</i> , parâmetros, registros, subtipos e variáveis.	Obrigatório
	2.7	Facilidade de edição: <i>autoreplace</i> , formatação de código, <i>popups</i> de procedimentos e funções, <i>popups</i> de nomes de colunas e modelos de código PL/SQL.	Obrigatório
	2.8	Debugging externo/remoto (código chamado de aplicações Java, C++, etc.).	Obrigatório
	2.9	Conversão de código SQL embutido para outros ambientes de programação (Java, C++, etc.).	Obrigatório
	2.10	Visualização do conteúdo de campos CLOB.	Obrigatório
ANÁLISE DE CÓDIGO E OTIMIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SQL	3.1	Possibilitar análise do código PL/SQL para SQL embutido, que geralmente causa gargalos de desempenho, e classificar o SQL encontrado para ajudar a determinar se ele deve ser otimizado.	Obrigatório
	3.2	Visualização do plano de execução.	Obrigatório
	3.3	Visualização da saída do arquivo de trace.	Obrigatório
	3.4	Apresentação de informações da sessão e métricas de performance.	Obrigatório
	4.1	Permitir que os desenvolvedores importem dados de um arquivo externo, como Excel ou Access, ou de outro banco de dados via ODBC para uma tabela Oracle. As operações podem ser	Obrigatório

GERENCIAMENTO DE DADOS		salvas, podendo ser reproduzida ou programada.	
	4.2	Permitir que os dados da tabela Oracle podem ser exportados para um formato externo, como Excel, Access ou Insert / Merge, etc. ou para outro banco de dados via ODBC. As operações podem ser salvas, podendo ser reproduzida ou programada.	Obrigatório
	4.3	Permitir que dados aleatórios ou do mundo real sejam gerados para uma única ou grupo de tabelas. A integridade referencial deve ser respeitada, se existir, e <i>scripts</i> podem ser salvos para reutilização. Que as atualizações de dados possam ser agendadas, automatizadas.	Obrigatório
	4.4	Copiar uma parte dos dados de um esquema para outro, mantendo a integridade referencial, para poder trabalhar com um conjunto menor de dados.	Obrigatório
	4.5	Permite que os dados sejam comparados em um par de tabelas em um esquema, entre 2 bancos de dados (por exemplo, teste e produção) e um script de sincronização para tornar os dados em ambos os esquemas iguais.	Obrigatório
	4.6	Permitir que os dados da tabela sejam exibidos em vários painéis que representam as dependências pai-filho. Também oferecer suporte a links de banco de dados para outros bancos de dados.	Obrigatório
	5.1	Geração de relatórios em formato HTML.	Obrigatório

GERAÇÃO RELATÓRIOS	DE		
	5.2	Geração e distribuição de relatórios automática.	Obrigatório
COMPATIBILIDADE	6.1	O <i>software</i> deverá ser compatível, com todas suas funcionalidades ativas, com o sistema operacional Windows 10, ou superior, nas versões para 32 e 64 bits.	Obrigatório
GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO	7.1	O <i>software</i> deverá ter garantia e serviço de suporte técnico do fabricante, fornecido conforme condições descritas no item 1.2, subitem 1.2.1 (DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES), deste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Obrigatório

1.1.4. **Especificações do item 4:** Licença de uso perpétuo de *software* TOAD FOR ORACLE DEVELOPER EDITION e serviço de suporte técnico.

Item 4		Software QUEST - TOAD FOR ORACLE DEVELOPER EDITION	
Subitem		Especificação	Exigência
FUNÇÕES BÁSICAS	1.1	O <i>software</i> deverá atender, em relação às suas funcionalidades, o SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) ORACLE DATABASE, nas versões 12.1, 12.2, 18, 19 e superiores, nas plataformas SPARC, x86, em sistemas operacionais Solaris, Oracle Linux e demais compatíveis.	Obrigatório
	1.2	Gerar uma representação gráfica de tabelas e visualizações de esquemas, os relacionamentos de objeto e minimizar a codificação e outros erros. Relatórios HTML e RTF podem ser gerados e enviados por e-mail.	Obrigatório
	1.3	Permitir que os gerentes de desenvolvimento definam um padrão mínimo de qualidade quando os desenvolvedores verificam o código no controle de versão. O código será rejeitado até que as violações de codificação sejam corrigidas.	Obrigatório
	1.4	Possibilitar o trabalho em equipe de desenvolvedores por meio do compartilhamento de ativos e padrões baseados em projetos. Garantir que todos usem objetos de banco de dados, arquivos e outros dados corretos.	Obrigatório
	2.1	Construtor/Editor de comandos SQL e código PL/SQL.	Obrigatório

RECURSOS PARA DESENVOLVIMENTO	2.2	Tenha <i>Debugger</i> integrado.	Obrigatório
	2.3	Usar modelos predefinidos, para criar e compartilhar novos códigos mais rapidamente e com o padrão correto. Os modelos podendo ser personalizáveis.	Obrigatório
	2.4	Permitir que vários esquemas em dois ambientes de banco de dados (por exemplo, PROD e TEST) sejam comparados em uma única etapa.	Obrigatório
	2.5	Possibilitar o uso de construções de códigos pré-escritos (blocos de cursor, etc.). Ter uma mini-biblioteca de construções (funções Oracle, etc). Captura de código SQL do aplicativo (Java, VB, etc) com remoção automática de caracteres não SQL. Recuperar histórico de execução de SQL e copiar instruções de volta para o Editor para execução.	Obrigatório
	2.6	Facilidade de navegação para manipulação de métodos, cursores, <i>constraints</i> , <i>exceptions</i> , parâmetros, registros, subtipos e variáveis.	Obrigatório
	2.7	Facilidade de edição: <i>autoreplace</i> , formatação de código, <i>popups</i> de procedimentos e funções, <i>popups</i> de nomes de colunas e modelos de código PL/SQL.	Obrigatório
	2.8	Debugging externo/remoto (código chamado de aplicações Java, C++, etc.).	Obrigatório
	2.9	Conversão de código SQL embutido para outros ambientes de programação (Java, C++, etc.).	Obrigatório
	2.10	Visualização do conteúdo de campos CLOB.	Obrigatório
	ANÁLISE DE CÓDIGO E OTIMIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SQL	3.1	Possibilitar análise do código PL/SQL para SQL embutido, que geralmente causa gargalos de desempenho, e classificar o SQL encontrado para ajudar a determinar se ele deve ser otimizado.
3.2		Oferecer um <i>SQL Optimizer</i> que possa verificar se há instruções SQL de baixo desempenho no aplicativo e classifica-as de acordo com o impacto potencial no desempenho.	Obrigatório
3.3		Visualização do plano de execução.	Obrigatório
3.4		Visualização da saída do arquivo de trace.	Obrigatório
3.5		Apresentação de informações da sessão e métricas de performance.	Obrigatório
3.6		Oferecer um <i>Optimize Indexes</i> que seja baseado na carga de trabalho de execução SQL. Poder avaliar continuamente o potencial de melhoria de desempenho por meio de alterações de indexação com base na carga de trabalho do banco de dados atual.	Obrigatório
	4.1	Permitir que os desenvolvedores importem dados de um arquivo externo, como Excel ou Access, ou de outro banco de dados via ODBC para uma tabela Oracle. As operações podem ser salvas, podendo ser reproduzida ou programada.	Obrigatório
		Permitir que os dados da tabela Oracle podem ser exportados para um formato externo, como Excel, Access ou Insert / Merge, etc. ou para outro banco	

GERENCIAMENTO DE DADOS	4.2	de dados via ODBC. As operações podem ser salvas, podendo ser reproduzida ou programada.	Obrigatorio
	4.3	Permitir que dados aleatórios ou do mundo real sejam gerados para uma única ou grupo de tabelas. A integridade referencial deve ser respeitada, se existir, e <i>scripts</i> podem ser salvos para reutilização. Que as atualizações de dados possam ser agendadas, automatizadas.	Obrigatório
	4.4	Copiar uma parte dos dados de um esquema para outro, mantendo a integridade referencial, para poder trabalhar com um conjunto menor de dados.	Obrigatório
	4.5	Permite que os dados sejam comparados em um par de tabelas em um esquema, entre 2 bancos de dados (por exemplo, teste e produção) e um script de sincronização para tornar os dados em ambos os esquemas iguais.	Obrigatório
	4.6	Permitir que os dados da tabela sejam exibidos em vários painéis que representam as dependências pai-filho. Também oferecer suporte a links de banco de dados para outros bancos de dados.	Obrigatório
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS	5.1	Geração de relatórios em formato HTML.	Obrigatório
	5.2	Geração e distribuição de relatórios automática.	Obrigatório
COMPATIBILIDADE	6.1	O <i>software</i> deverá ser compatível, com todas suas funcionalidades ativas, com o sistema operacional Windows 10, ou superior, nas versões para 32 e 64 bits.	Obrigatório
GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO	7.1	O <i>software</i> deverá ter garantia e serviço de suporte técnico do fabricante, fornecido conforme condições descritas no item 1.2, subitem 1.2.1 (DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES), deste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Obrigatório

1.1.5. **Especificações do item 5:** Licença de uso perpétuo de *software* TOAD FOR ORACLE DBA EDITION e serviço de suporte técnico.

Item 5		Software QUEST - TOAD FOR ORACLE DBA EDITION	
Subitem		Especificação	Exigência
FUNÇÕES BÁSICAS	1.1	O <i>software</i> deverá atender, em relação às suas funcionalidades, o SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) ORACLE DATABASE, nas versões 12.1, 12.2, 18, 19 e superiores, nas plataformas SPARC, x86, em sistemas operacionais Solaris, Oracle Linux e demais compatíveis.	Obrigatório
	1.2	Gerenciamento de múltiplos bancos de dados Oracle e suas instâncias, inclusive em <i>Clusters</i> .	Obrigatório
	1.3	Gerenciamento de todos os tipos de objetos de bancos de dados Oracle.	Obrigatório
	1.4	Visualização de métricas de performance.	Obrigatório
	1.5	Verificação de vulnerabilidades na segurança de dados.	Obrigatório
	1.6	Facilidade de navegação para manipulação de métodos, cursores, <i>constraints</i> , <i>exceptions</i> , parâmetros, registros,	Obrigatório

		subtipos e variáveis.	
	1.7	Facilidade de edição: <i>autoreplace</i> , formatação de código, <i>popups</i> de procedimentos e funções, <i>popups</i> de nomes de colunas e modelos de código.	Obrigatório
	1.8	Modelos de código customizáveis e formatador de código.	Obrigatório
	1.9	Construtor/Editor de comandos SQL e código PL/SQL.	Obrigatório
ANÁLISE DE CÓDIGO E OTIMIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SQL	2.1	Análise de códigos PL/SQL para detecção de gargalos de performance.	Obrigatório
	2.2	Visualização do <i>Explain Plan</i> .	Obrigatório
	2.3	Visualização da saída do arquivo de trace.	Obrigatório
	2.4	Apresentação de informações da sessão e métricas de performance.	Obrigatório
	2.5	Análise e validação de código automáticos segundo as melhores práticas para codificação PL/SQL.	Obrigatório
	2.6	Identificação de códigos SQL com problemas diretamente nos objetos, arquivos e códigos fonte do banco de dados.	Obrigatório
	2.7	Revisão de código automática para melhorar a qualidade do código.	Obrigatório
	2.8	Otimização de múltiplas operações SQL no modo batch e geração do código otimizado.	Obrigatório
	2.9	Recomendação para criação de novos índices e simulação do impacto no ambiente.	Obrigatório
	2.10	Simulação de carga de dados para avaliar desempenho sob condições de produção.	Obrigatório
GERENCIAMENTO DE DADOS E ESQUEMAS	3.1	<i>Import/Export</i> de dados de tabelas de/para planilhas Excel e outros formatos.	Obrigatório
	3.2	Visualização de dependências entre tabelas.	Obrigatório
	3.3	Engenharia reversa de objetos DDL, inclusive roles e permissões.	Obrigatório
	3.4	Comparação de esquemas.	Obrigatório
	3.5	Sincronização e comparação de dados.	Obrigatório
	3.6	Geração de dados de teste.	Obrigatório
	3.7	Análise do impacto de alterações em índices e de criação de novos índices no banco de dados.	Obrigatório
	3.8	Análise de alterações no plano de execução entre diferentes ambientes de banco de dados.	Obrigatório
	3.9	Engenharia reversa de esquemas de banco de dados em um modelo físico, comparação com outras versões e geração de scripts de criação/alteração.	Obrigatório
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS	4.1	Geração de relatórios em formato HTML.	Obrigatório
	4.2	Geração e distribuição de relatórios automática.	Obrigatório
	4.3	Geração de relatórios para avaliar a qualidade de código.	Obrigatório
	4.4	Geração de relatórios com a configuração do banco de dados e vulnerabilidades na segurança.	Obrigatório

ANÁLISE DE PERFORMANCE E OTIMIZAÇÃO	5.1	Identificação das principais sessões e das operações SQL que mais consomem recursos.	Obrigatório
	5.2	Visualização de histórico para identificação de problemas de performance.	Obrigatório
	5.3	Verificação de estruturas lógicas do banco de dados para detecção de problemas.	Obrigatório
	5.4	Gerenciamento e controle de estruturas de memória e espaço de armazenamento de dados.	Obrigatório
COMPATIBILIDADE	6.1	O <i>software</i> deverá ser compatível, com todas suas funcionalidades ativas, com o sistema operacional Windows 10, ou superior, nas versões para 32 e 64 bits.	Obrigatório
GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO	7.1	O <i>software</i> deverá ter garantia e serviço de suporte técnico do fabricante, fornecido conforme condições descritas no item 1.2, subitem 1.2.1 (DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES), deste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Obrigatório

1.1.6. **Especificações do item 6:** Licença de uso perpétuo de *software* TOAD FOR ORACLE DBA EXADATA EDITION e serviço de suporte técnico.

Item 6		Software QUEST - TOAD FOR ORACLE DBA EXADATA EDITION	
Subitem		Especificação	Exigência
FUNÇÕES BÁSICAS	1.1	O <i>software</i> deverá atender, em relação às suas funcionalidades, o SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) ORACLE DATABASE, nas versões 12.1, 12.2, 18, 19 e superiores, nas plataformas SPARC, x86, em sistemas operacionais Solaris, Oracle Linux e demais compatíveis.	Obrigatório
	1.2	Gerenciamento de múltiplos bancos de dados Oracle e suas instâncias, inclusive em <i>Clusters</i> .	Obrigatório
	1.3	Gerenciamento de todos os tipos de objetos de bancos de dados Oracle.	Obrigatório
	1.4	Visualização de métricas de performance.	Obrigatório
	1.5	Verificação de vulnerabilidades na segurança de dados.	Obrigatório
	1.6	Facilidade de navegação para manipulação de métodos, cursores, <i>constraints</i> , <i>exceptions</i> , parâmetros, registros, subtipos e variáveis.	Obrigatório

	1.7	Facilidade de edição: <i>autoreplace</i> , formatação de código, <i>popups</i> de procedimentos e funções, <i>popups</i> de nomes de colunas e modelos de código.	Obrigatório
	1.8	Modelos de código customizáveis e formatador de código.	Obrigatório
	1.9	Construtor/Editor de comandos SQL e código PL/SQL.	Obrigatório
	1.10	Os diálogos da tabela CREATE e ALTER incluem específicos parâmetros para EXADATA.	Obrigatório
ANÁLISE DE CÓDIGO E OTIMIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SQL	2.1	Análise de códigos PL/SQL para detecção de gargalos de performance.	Obrigatório
	2.2	Visualização do <i>Explain Plan</i> .	Obrigatório
	2.3	Visualização da saída do arquivo de trace.	Obrigatório
	2.4	Apresentação de informações da sessão e métricas de performance.	Obrigatório
	2.5	Análise e validação de código automáticos segundo as melhores práticas para codificação PL/SQL.	Obrigatório
	2.6	Identificação de códigos SQL com problemas diretamente nos objetos, arquivos e códigos fonte do banco de dados.	Obrigatório
	2.7	Revisão de código automática para melhorar a qualidade do código.	Obrigatório
	2.8	Otimização de múltiplas operações SQL no modo batch e geração do código otimizado.	Obrigatório
	2.9	Recomendação para criação de novos índices e simulação do impacto no ambiente.	Obrigatório
	2.10	Simulação de carga de dados para avaliar desempenho sob condições de produção.	Obrigatório
	3.1	<i>Import/Export</i> de dados de tabelas de/para planilhas Excel e outros formatos.	Obrigatório

GERENCIAMENTO DE DADOS E ESQUEMAS	3.2	Visualização de dependências entre tabelas.	Obrigatório
	3.3	Engenharia reversa de objetos DDL, inclusive roles e permissões.	Obrigatório
	3.4	Comparação de esquemas.	Obrigatório
	3.5	Sincronização e comparação de dados.	Obrigatório
	3.6	Geração de dados de teste.	Obrigatório
	3.7	Análise do impacto de alterações em índices e de criação de novos índices no banco de dados.	Obrigatório
	3.8	Análise de alterações no plano de execução entre diferentes ambientes de banco de dados.	Obrigatório
	3.9	Engenharia reversa de esquemas de banco de dados em um modelo físico, comparação com outras versões e geração de scripts de criação/alteração.	Obrigatório
	GERAÇÃO DE RELATÓRIOS	4.1	Geração de relatórios em formato HTML.
4.2		Geração e distribuição de relatórios automática.	Obrigatório
4.3		Geração de relatórios para avaliar a qualidade de código.	Obrigatório
4.4		Geração de relatórios com a configuração do banco de dados e vulnerabilidades na segurança.	Obrigatório
	5.1	Identificação das principais sessões e das operações SQL que mais consomem recursos.	Obrigatório
	5.2	Visualização de histórico para identificação de problemas de performance.	Obrigatório
	5.3	Verificação de estruturas lógicas do banco de dados para detecção de problemas.	Obrigatório
	5.4	Gerenciamento e controle de estruturas de memória e espaço de armazenamento de dados.	Obrigatório
	5.5	Otimizador das execuções de SQL utilizando <i>Explain Plans</i> específicos do EXADATA.	Obrigatório

ANÁLISE DE PERFORMANCE E OTIMIZAÇÃO	5.6	Verificações adicionais específicas para Oracle EXADATA, para garantir que a configuração do EXADATA corresponda às recomendações de melhores práticas da Oracle.	Obrigatório
	5.7	Uma visão completa do ambiente EXADATA, mostrando a relação entre banco de dados e armazenamento, para identificar questões de desempenho específicas do EXADATA (informações de células, <i>Smart Flash Cache</i> , <i>Smart Scans</i> , EHCC e mais).	Obrigatório
	5.8	Diagnóstico e resolução de problemas na camada do EXADATA, com detalhamento dos grupos ASM, <i>Cell Disks</i> , <i>Smart Flash Cache</i> , <i>Cell Balance</i> e <i>Cell Metrics</i> .	Obrigatório
	5.9	Monitorar a condição dinâmica de Oracle <i>Real Application Clusters</i> (RAC) em tempo real. Identificar um problema, quando acontece, e oferecer orientação sobre como resolver.	Obrigatório
COMPATIBILIDADE	6.1	O <i>software</i> deverá ser compatível, com todas suas funcionalidades ativas, com o sistema operacional Windows 10, ou superior, nas versões para 32 e 64 bits.	Obrigatório
GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO	7.1	O <i>software</i> deverá ter garantia e serviço de suporte técnico do fabricante, fornecido conforme condições descritas no item 1.2, subitem 1.2.1 (DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES), deste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Obrigatório

1.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

1.2.1. DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES:

1.2.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer o serviço de suporte técnico e atualizações de *software*, por meio de subcontratação do fabricante, conforme condições abaixo:

1.2.1.1.1. O serviço de suporte técnico deverá estar disponível para utilização imediatamente após o recebimento das licenças de uso dos *software* e deverá permanecer disponível para utilização até o término de vigência da garantia.

1.2.1.1.2. As atualizações técnicas dos *software* (*upgrade* de versão), bem como eventuais correções e melhorias, deverão estar disponíveis para *download* e utilização pela CONTRATANTE, à medida em que forem liberadas pelo fabricante.

1.2.1.1.3. O fabricante deverá responder às comunicações feitas por correio eletrônico (*e-mail*) ou pela internet, referentes aos aspectos operacionais/técnicos dos *software* (suporte técnico), durante dias úteis em horário comercial.

2. DOS LOTES:

2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

O quantitativo agrupado em lote único não deve ser fracionado ou dividido, uma vez que se houvesse esse fracionamento ou divisão, ocorreriam, por certo, prejuízos ao fornecimento do produto para a Administração, tendo em vista se tratar de um mesmo conjunto de produtos. Para a SEF, portanto, é mais vantajoso o atendimento do objeto em um único lote, e, ainda, entendemos ser economicamente mais viável.

2.2. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

Considerando-se que o valor de referência desta contratação ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e não há, como justificado, a possibilidade de divisão de lotes além da já proposta, não encontramos a possibilidade de aplicação do disposto no Art. 8º do Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018, e, portanto, estabelecer a exclusividade de participação no processo apenas a fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte. Entendemos, dessa forma, que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno não será vantajoso e poderá representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Justificativa da Necessidade e Modelo de Solução:

O atual ambiente computacional no *Data Center* da Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, possui uma quantidade significativa de bancos de dados de sistemas corporativos, em plataformas e ambientes distintos de processamento, inclusive em nuvem híbrida, tornando o trabalho de administração de suas estruturas extremamente complexo, tendo em vista o grande volume de demandas e procedimentos para manter a operacionalidade dos sistemas gerenciadores de bancos de dados.

Diante de inúmeros desafios para administrar tamanha diversidade, torna-se necessário o emprego de *software* específicos que possibilitam uma abordagem proativa em relação ao gerenciamento de banco de dados, automatizando as tarefas administrativas, o que incluem a otimização de desempenho e redução de riscos.

O *software* TOAD oferece uma interface gráfica amigável, para centralizar, otimizar e racionalizar as tarefas inerentes às operações para a administração de banco de dados Oracle. Assim como os administradores, os analistas e desenvolvedores também são beneficiados com as funcionalidades de edições do produto, específicas para suas atividades. Com a utilização da ferramenta, eles ganham com a simplificação do fluxo de trabalho, ajuda a reduzir defeitos de códigos e aprimora a qualidade e o desempenho de código, ao mesmo tempo em que encoraja a cooperação de equipes. O TOAD é totalmente compatível com o sistema de banco de dados Oracle, padronizado na SEF/MG.

Seguem, abaixo, alguns benefícios oferecidos pelo *software* TOAD:

- Aumento considerável de produtividade de DBAs (administradores de banco de dados), analistas e desenvolvedores de sistemas de informação, tornando a realização de tarefas com menos propensão a erros, com mais eficiência e segurança;
- Redução de risco de erros manuais automatizando tarefas complexas e repetitivas, como comparação de esquemas, execução de scripts, administração, relatório, etc.;
- Identifica e resolve rapidamente as dificuldades de desempenho do banco de dados;

- Determina facilmente por que o código está executando com lentidão ao expor visualmente gargalos de desempenho;
- Define estruturas de dados mais eficientes antes de criar esquemas e estruturas de dados existentes de engenharia reversa;
- Avalia a integridade do banco de dados rapidamente validando o desempenho, a configuração e as vulnerabilidades de segurança por meio de relatório de verificação de integridade;
- Localiza e protege dados confidenciais aplicando as políticas de segurança de dados, criptografia de dados e auditoria da Oracle para proteger e rastrear o acesso aos dados;
- Promove processos dos DevOps e reduz o trabalho com integração e implementação contínuas;
- Garante escalabilidade de produção com testes automatizados de reprodução de carga de trabalho;

Em decorrência da atual e crescente demanda por atividades específicas de administração de banco de dados, em diferentes ambientes de processamento, juntamente com a complexidade e quantidade de tarefas rotineiras executadas manualmente, a solução e emprego do *software* TOAD traz enormes ganhos de produtividade para os profissionais de TI da SEF/MG.

Um fato relevante é que a SEF/MG incorporou as tecnologias de estruturas computacionais em nuvem híbrida, aumentando ainda mais o conjunto de práticas administrativas de banco de dados em ambientes heterogêneos. Essa rede de complexidade tem trazido muita pressão aos administradores de banco de dados, assumindo mais responsabilidades e trabalhando mais rapidamente do que nunca. Isso, combinado com as restrições de recursos, coloca suas bases de dados e aplicações nativas da nuvem em situação de risco.

Com a utilização do produto TOAD poderemos reduzir custos e riscos, assegurando facilmente a integridade e o desempenho das nossas plataformas na nuvem pública Oracle e de bancos de dados locais. Os nossos analistas e desenvolvedores de sistemas poderão acelerar a entrega de aplicações enquanto minimiza os riscos associados às alterações de estruturas em banco de dados.

Frisamos, mais especificamente quanto à adequação da demanda ao plano de contingenciamento de gastos, em essência ao Decreto nº 48.205/2021, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto 47.891/2020, até 31/12/2021, no âmbito de todo o território do Estado, que tem como objetivo essencial direcionar ações gerais para mitigar os impactos financeiros causados pela epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – COVID-19, que os impactos trazidos com a despesa desta contratação encontram-se limitados aos créditos orçamentários previstos em programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais. Vale acrescentar que as licenças contempladas nesta contratação são essenciais à proteção do ambiente que mantém o funcionamento das aplicações críticas disponibilizadas aos servidores e colaboradores da SEF/MG e a toda a sociedade mineira. A não aquisição dessa nova solução poderia, portanto, trazer graves prejuízos à Administração Pública e aos contribuintes, o que entendemos, s.m.j., poderia trazer impactos mais severos para a situação reconhecida de calamidade pública.

Diante do exposto, recomendamos a aquisição de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

3.2. **Justificativa da Escolha do Fornecedor:**

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos - Lei 8666/93, de 21 de junho de 1993 é vedada a indicação de marca (artigos 15, § 7º, inciso I, e 25, inciso I, da Lei 8.666/1993), excepcionada apenas nos casos em que for tecnicamente justificável (art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993).

Atualmente, temos no ambiente transacional da SEF/MG inúmeros sistemas

de informações, banco de dados e diversos serviços customizados e disponibilizados para as empresas contribuintes do Estado de Minas Gerais. Ao longo dos últimos anos, as informações armazenadas e processadas, no *data center* da SEF/MG, têm proporcionado a entrega de serviços de grande utilidade para o cidadão mineiro e para áreas estratégicas da instituição, além de proporcionar o incremento de receitas tributárias para o Estado. A disponibilização dessas informações é feita por meio de processos construídos sobre a plataforma Oracle, armazenadas em estruturas de banco de dados corporativos, com alto grau de disponibilidade e níveis de serviço.

Há muitos anos, a execução de processos e tarefas de administração de banco de dados da SEF/MG, assim como a manipulação de dados e o desenvolvimento de aplicativos, já são realizados por meio de *software* da linha TOAD, desenvolvidos pela empresa QUEST, com edições voltadas para equipes específicas de profissionais. Porém, as versões dos *software* instalados são bastante antigas e sem contrato vigente de suporte técnico. Não seria vantajosa a renovação do contrato, porque acarretaria maior custo, decorrente do longo interregno desde o fim de sua vigência. Sendo assim, a equipe técnica da STI sugeriu a aquisição de novas licenças de uso das últimas versões dos *software* TOAD. Além do mais, mudanças de padrão e utilização de outras ferramentas, resultaria em um grande esforço de adaptação, e, até mesmo, com custos adicionais de treinamento para o uso de novos produtos. Somado ao fato de que, definitivamente, o TOAD é o produto com o qual as equipes técnicas da STI dispõem de todas as funcionalidades necessárias para a manipulação, desenvolvimento e administração do conjunto de estruturas peculiares do banco de dados Oracle.

Há de se destacar que as equipes técnicas de TI da SEF/MG, ao longo dos anos, adquiriram proficiência em práticas e recursos da linha de produtos TOAD, com relação ao desenho de projetos, manipulação, desenvolvimento e na administração de banco de dados, voltados para a plataforma transacional existente no *data center* da instituição. Essa solução já se encontra padronizada na SEF/MG e, portanto, a continuidade de sua utilização se encontra aderente ao princípio da padronização, conforme expresso no art. 15, inciso I, da citada Lei 8.666/93. Uma mudança de utilização de outros produtos, que não fossem da empresa QUEST, ensejaria um gasto de tempo considerável para absorção de conhecimento em uma nova solução, além de demandar tempo e esforço técnico vultoso para adaptação ou portabilidade (quando for o caso) dos atuais métodos e práticas de desenvolvimento e administração de banco de dados Oracle. À luz desses fatos, uma mudança de produto não denotaria uma vantagem que satisfaça o interesse público, pois, no atual contexto, estaria adicionando riscos à manutenção dos atuais serviços e, conseqüentemente, ao controle e incremento das receitas tributárias.

Considerando os benefícios aqui elencados para a continuidade de utilização da solução QUEST, já padronizada no ambiente transacional da SEF/MG, esta equipe técnica ressalta que é de extrema importância e vantagem para a Administração Pública a compra de novas licenças de uso de *software* da linha TOAD, juntamente com os serviços de suporte. Vale acrescentar que, essa equipe encontra amparo na súmula 270, exarada pelo TCU, mesmo se tratando de órgão de controle externo do governo federal, quando afirma que “em licitações referentes a compras, inclusive de *software*, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação”. Dessa forma, entendemos ser o caso em tela.

4. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE:

Esta licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico por se tratar de contratação de serviços de natureza comum, fundamentado em dois fatores: (I) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação de contratação de serviços comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Estadual nº 14.167/ 2002 e do Decreto Estadual nº 48.012/2020; e (II) a necessidade de se contratar aquele que oferecer o menor valor pelo serviço, dentro dos parâmetros objetivamente fixados neste termo.

Conforme Lei 10.520/2002, serviços e objetos comuns são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”. O objeto da presente contratação não possui

complexidade técnica, podendo ser considerado como “comum”, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo a especificação do Edital suficiente para atender às necessidades da Administração.

5. **DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

6. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

6.1. Apresentar atestado(s) comprobatório(s) da capacidade técnica da Licitante para a prestação dos serviços e/ou fornecimento dos produtos em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

6.2. Os atestados deverão conter:

6.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço e telefone).

6.2.2. Local e data de emissão.

6.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

6.3. A exigência de atestado de capacidade técnica visa demonstrar que a empresa licitante já forneceu, previamente, objeto compatível com as características daquele que foi definido pela Administração Pública. Portanto, sem qualquer finalidade em restringir a competitividade, mas exatamente resguardar o interesse público, buscando o perfeito fornecimento do objeto da licitação, de forma a garantir a competição daqueles licitantes que realmente são capazes de prestar o serviço similar ao objeto pretendido, sem risco de causar prejuízos à Administração.

7. **CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

7.1. É condição indispensável e obrigatória a apresentação, pela CONTRATADA, das especificações e características detalhadas do objeto ofertado, incluindo versões, licenças de *software* e demais características que identifiquem os produtos/serviços;

7.2. A CONTRATADA deverá indicar o endereço eletrônico do sítio (internet) do fabricante, onde, por acesso sem restrição de credenciais (sem a necessidade de usuário e senha) ou qualquer outro método de autenticação, possam ser consultados os catálogos/manuais contendo as especificações técnicas do produto/serviço, que confirmem as funcionalidades exigidas;

7.3. Deverão ser descritas as condições do suporte técnico aos *software* que fazem parte da proposta.

7.4. O recebimento dos serviços pela CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a DIST - Diretoria de Infraestrutura e Soluções Tecnológicas, da Superintendência de Tecnologia da Informação/STI venha a fazer, baseada na identificação de produto/serviço defeituosos.

8. **DA PROVA DE CONCEITO:**

8.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito.

9. **DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

9.1. **Prazo da prestação dos serviços:**

9.1.1. **Todos os Itens do Lote único** - As licenças de *software* e o serviço de suporte técnico, deverão ser disponibilizados em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da emissão da Nota de Empenho.

9.1.2. Periodicidade: anual.

9.2. **Do Local da prestação dos serviços:**

9.2.1. Os *software* e as respectivas licenças de uso (objeto licitado), deverão ser disponibilizados para *download*, em endereço eletrônico do sítio oficial (internet) do fabricante, podendo as licenças serem enviadas por e-mail pela CONTRATADA.

9.3. **Condições de recebimento:**

9.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

9.3.2. O recebimento de licenças de *software*, objeto deste Termo de Referência, deverá ser realizado perante Gestor do Contrato a ser constituído pela CONTRATANTE.

9.3.3. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.3.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados em sua realização, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.3.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.4. **Condições específicas para todos os itens do Lote único:**

9.4.1. O recebimento definitivo do objeto será realizado emissão de Termo de Recebimento Definitivo, pelo servidor designado pela SEF-MG para esse fim. Para a efetivação do ateste da nota fiscal/fatura, será necessário comprovar a emissão das licenças, por declaração do fabricante ou pelo efetivo recebimento das licenças, com menção ao período que se encontra ativo o serviço em nome da CONTRATANTE.

9.4.2. **Condições para emissão do Termo de Recebimento Definitivo:**

9.4.2.1. O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) será expedido pela equipe técnica designada pela CONTRATANTE no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a conclusão das atividades abaixo:

9.4.2.1.1. disponibilização das licenças de *software*, objeto deste Termo de Referência, incluindo a verificação de integridade, instalação, ativação do produto e, caso necessário, realização de testes de funcionalidades;

9.4.2.2. O TRD somente será expedido após minuciosa aferição de conformidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como de toda a documentação especificada neste Termo de Referência e é o documento que atesta a entrega do objeto;

9.4.2.3. É facultado à CONTRATADA se fazer representar por um técnico de sua equipe perante a equipe técnica da CONTRATANTE durante os procedimentos de aferição e recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência;

9.4.2.4. O TRD é condição indispensável para o pagamento, não terá caráter de atestado de capacidade técnica e não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento de

todas as funcionalidades e vantagens oferecidas pelos produtos, estendendo-se ao longo do período de garantia.

9.4.3. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

9.5. **Cronograma físico-financeiro:**

9.5.1. Não se aplica.

10. **DO PAGAMENTO:**

10.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

11. **DO CONTRATO:**

O contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

12. **PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:**

12.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados pela autoridade competente, agentes para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representantes da Administração.

12.1.1. Titular - Armando de Araujo Abrantes - MASP 668.383-3; e

12.1.2. Suplente - Luciana Mara da Silva Jardim - MASP 371.847-5.

12.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

12.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

12.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

12.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

12.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

12.6.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

13. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

13.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei 23.751, de 30 de dezembro de 2020 e seus créditos adicionais:

13.1.1. 1191 04 126 115 2052 0001 4490 4006, fonte 10.1.

14. **DAS GARANTIAS:**

14.1. **Garantia financeira da execução:**

14.1.1. Não será exigida garantia financeira da execução para este objeto.

14.2. Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional:

14.2.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis) ;(90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

14.2.2. O *software* deverá ter garantia e serviço de suporte técnico do fabricante, fornecido conforme condições descritas no item 1.2, subitem 1.2.1 (DO SUPORTE TÉCNICO e ATUALIZAÇÕES), deste termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

15. DA VISTORIA TÉCNICA:

Não se aplica.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO:

16.1. A CONTRATADA deverá subcontratar os serviços de suporte técnico e atualização dos produtos, relativos a todos os itens do lote único, para os quais sua execução somente poderá ser realizado pelo(s) técnico(s) profissional(ais) do próprio fabricante da solução, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

16.2. A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, antes do início da execução, declaração do fabricante que ateste a sua disponibilidade para a respectiva prestação.

16.3. Vale salientar que esta equipe técnica entende que não é possível tecnicamente a prestação satisfatória dos serviços sem que a CONTRATADA seja autorizada pelo fabricante. De fato, a responsabilidade técnica é, na prática, sempre do fabricante, uma vez que é ele quem desenvolve o *software* e tem condições de atualizá-los. Ademais, a Lei de *Software* 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, garante proteção à propriedade intelectual de programa de computador pela legislação de direitos autorais, sendo ressalvado o direito de o autor opor-se a alterações não-autorizadas, quando estas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação. Por essa razão, as alterações em componentes e programas de computador são usualmente realizadas apenas pelo detentor de seus direitos autorais; no caso em questão, trata-se do fabricante da solução. Vale salientar, no entanto, que os serviços ora contratados poderão ser comercializados por revendedores do fabricante, por essa razão tornasse necessária a previsão de subcontratação do fabricante, caso não seja esse o vencedor do certame.

16.4. A subcontratação não eximirá a CONTRATADA das obrigações contratuais e legais, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.5. O objeto principal desta contratação é a aquisição das licenças de uso perpétuo, que não poderá ser subcontratado.

16.6. Os serviços de suporte técnico e atualização, considerados acessórios, poderão ser subcontratados.

17. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

17.1. Da CONTRATADA:

17.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

17.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as à CONTRATANTE para ateste e pagamento.

17.1.3. Atender prontamente às orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

17.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.

17.1.5. Assegurar à CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste

documento.

17.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se por eventual transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais necessários a prestação, se houver.

17.1.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

17.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

17.1.9. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados na prestação dos serviços, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

17.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

17.1.11. Não transferir para a CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

17.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.1.13. Manter preposto, caso necessário, aceito pela Administração, para representá-lo no local da execução do objeto contratado.

17.2. **Da CONTRATANTE:**

17.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

17.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta comercial da CONTRATADA.

17.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

17.2.5. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

17.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

17.2.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

17.2.8. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

17.2.9. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço, caso necessário.

18. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

18.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de

julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual n.º 45.902, de 27 de janeiro de 2012, E no Decreto Estadual n.º 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. advertência por escrito;

18.1.2. multa de até:

18.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

18.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

18.1.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

18.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

18.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

18.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 18.1.1, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5.

18.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual n.º 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual n.º 14.184, de 2002.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

18.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

18.7. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3, 18.1.4 e 18.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

18.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

18.8.1. Retardarem a execução do objeto;

18.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

18.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

18.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19. TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE:

19.1. Juntamente com o contrato de fornecimento deverá ser assinado Termo de Sigilo e Confidencialidade padrão da SEF/MG. O Termo de Confidencialidade é necessário por questão de segurança do negócio da SEF/MG. As informações originadas e tramitadas na prestação de serviços de comunicação do presente objeto são, em quase sua totalidade, sigilosas, portanto, faz-se imprescindível a previsão de celebração de Termo de Confidencialidade neste processo.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:

O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances (art. 7º, § 3º, da Lei Federal nº 12.527/2014), tendo em vista o art. 15, § 1º, do Decreto Estadual nº 48.012/2020: § 1º - O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

LINDENBERG NAFFAH FERREIRA

Superintendente de Tecnologia da Informação - STI/SEF



Documento assinado eletronicamente por **Lindenberg Naffah Ferreira, Superintendente**, em 23/11/2021, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38245721** e o código CRC **544327B1**.



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.20.09.2020.

ANEXOS

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2021

OBJETO: Aquisição de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, conforme especificações e condições previstas neste Edital e seus Anexos.

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2021 (preenchida em papel timbrado da proponente)	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone	
Endereço Eletrônico	
Nome do Representante Legal	
CPF do Representante Legal	
DADOS BANCÁRIOS	
Banco	
Agência	
Conta	

LOTE ÚNICO						
Item	Código do item no SIAD	Qtde.	Unidade	Descrição do item CATMAS	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	110175	01	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD DATA POINT PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
2	110175	26	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE BASE EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
3	110175	10	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
4	110175	20	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE DEVELOPER EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
5	110175	05	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE DBA EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
6	110175	02	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE DBA EXADATA EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
VALOR						GLOBAL
R\$ ()						

Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I do Edital.

Declaro estar de acordo com todas as normas deste Edital e de seus Anexos e que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete, cargas e descargas até o destino, garantia e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Data e Local

Assinatura do representante legal



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 22/11/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38245794** e o código CRC **4F0C7957**.

Referência: Processo nº 1190.01.0017710/2021-68 SEI nº 38245794
Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

Versão v.20.09.2020.

SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2021.

ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE
DECRETO ESTADUAL Nº 47.437, de 2018

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no item 4.3. deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de

junho de 2018.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições contidas neste edital e seus anexos.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 22/11/2021, às 15:17, conforme horário oficial



de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38245888** e o código CRC **F67881CA**.

Referência: Processo nº 1190.01.0017710/2021-68

SEI nº 38245888



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.08.09.2021.

Processo nº 1190.01.0017710/2021-68

ANEXO IV TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº [REDAZIDO], DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS/SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA], NA FORMA ABAIXO:

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda, com sede na Cidade Administrativa, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Prédio Gerais - 6º andar, Lado Ímpar - Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, endereço de correio eletrônico: stidgvdce@fazenda.mg.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 16.907.746/0001-13, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Lindenberg Naffah Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 571.685.717-53, Resolução de competência nº 3.597 de 03/12/2004 e a empresa [INSERIR NOME DA EMPRESA], endereço de correio eletrônico [INSERIR E-MAIL], inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - sob o número [INSERIR Nº DO CNPJ], com sede na [INSERIR NOME DA CIDADE SEDE DA EMPRESA], neste ato representada pelo Sr(a). [INSERIR NOME DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA], inscrito(a) no CPF nº [INSERIR Nº DO CPF], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 88/2021**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 48.012/2020, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº 88/2021 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

Item	Código do item no SIAD	Qtde.	Unidade	Descrição do item CATMAS	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	110175	01	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD DATA POINT PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
2	110175	26	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE BASE EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
3	110175	10	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE PROFESSIONAL EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
4	110175	20	Unid.	Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE DEVELOPER EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
				Licença de uso perpétuo de <i>software</i> TOAD FOR ORACLE		

5	110175	05	Unid.	Licença de uso perpétuo de software TOAD FOR ORACLE DBA EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
6	110175	02	Unid.	Licença de uso perpétuo de software TOAD FOR ORACLE DBA EXADATA EDITION e serviço de suporte técnico e atualizações.		
VALOR						GLOBAL
R\$ ()						

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, inclusive no tocante a prazos e horários.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. Este contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no órgão oficial de imprensa.

4. CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ [inserir valor] ([inserir valor por extenso]).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da (s) dotação(ões) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

1191 04 126 115 2052 0001 4490 4006, fonte 10.1., do orçamento em vigor, aprovado pela Lei 23.751, de 30 de dezembro de 2020.

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços contratados não poderão ser reajustados.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante/Comissão especialmente designado pela CONTRATANTE no Termo de Designação de Gestor e Fiscal, na forma estabelecida pelo Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência e no Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

11.2. O Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

11.2.1. "prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

11.2.2. "prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do CONTRATANTE;

11.2.3. "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

11.2.4. "prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a

execução de um contrato;

11.2.5. "prática obstrutiva" significa:

11.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro órgão de controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediado ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

11.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro órgão de controle de investigar e auditar.

11.3. O Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

11.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTINEPOTISMO

12.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, salvo se investidos por concurso público.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.6. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

14.7. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

15.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

15.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

15.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas

atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

15.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

15.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

15.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

15.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei nº 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

16.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Testemunha 1:

Testemunha 2:



Documento assinado eletronicamente por **Arlison Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 22/11/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38246007** e o código CRC **42B51D2B**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

Termo de Confidencialidade SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES nº. 74/2021

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2021.

ANEXO V

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2021

CELEBRANTE:

NOME: ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SEDE: Cidade Administrativa Tancredo Neves - Órgão: Secretaria de Estado de Fazenda - Prédio Gerais - 6º andar - Lado Ímpar - Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Bairro Serra Verde, no Município de Belo Horizonte/MG - CEP 31630-901.
CNPJ: 16.907.746/0001-13
REPRESENTANTE LEGAL: Lindenberg Naffah Ferreira, Superintendente de Tecnologia da Informação, credenciado na forma da Resolução nº. 3.597, de 03/12/2004.

CELEBRADA:

NOME EMPRESARIAL:
ENDEREÇO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE(S) LEGAL(is):
NOME:
CPF:
NOME:
CPF:

CONSIDERANDO que a CELEBRADA contratou com o CELEBRANTE o fornecimento de licenças de *software* para manipulação, desenvolvimento e administração de banco de dados, com serviço de suporte técnico e atualizações, para atender à Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF/MG, originário do Pregão Eletrônico nº 88/2021;

CONSIDERANDO que para tanto a CELEBRADA receberá informações a respeito do negócio, sistemas e/ou equipamentos, sendo de natureza peculiar as atividades

do CELEBRANTE,

RESOLVEM as partes firmar o presente Termo de Confidencialidade, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

I - Para os fins deste instrumento, entende-se por informação: os dados, os documentos e os materiais que lhe sejam pertinentes. A "informação" poderá se revestir da forma oral, escrita, ou qualquer outra, corpórea ou não, a exemplo de: fórmulas, algoritmos, processos, projetos, croquis, fotografias, plantas, desenhos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, nomes de fornecedores, preços e custos, definições e informações de negócios.

II - É considerada informação sigilosa toda e qualquer informação ou dado fornecido, comunicado ou revelado à CELEBRADA, seja know-how e dados, seja de caráter técnico ou não, que esteja em poder da CELEBRANTE e que seja revelado à CELEBRADA por necessidade de execução do trabalho contratado.

III - Toda a informação que a CELEBRADA tenha acesso ou que lhe seja fornecida pelo CELEBRANTE, será considerada sigilosa, salvo se estiver expressamente estipulado em contrário.

IV - Não será considerada sigilosa a:

- a) informação identificada como de domínio público;
- b) informação que se encontrava na posse legítima da CELEBRADA, livre de qualquer obrigação de sigilo, antes de sua revelação pelo CELEBRANTE;
- c) informação expressamente identificada pelo CELEBRANTE como "não sigilosa".

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

As partes acordam:

- a) não comercializar, divulgar, ceder, emprestar, revelar ou distribuir informação referente ao trabalho realizado, desde que autorizado pelo CELEBRANTE.
- b) manter salvaguardas adequadas e seguras contra destruição, perda ou alteração dos arquivos de dados que o CELEBRANTE possa entregar à CELEBRADA, os quais ficarão sujeitos aos mesmos cuidados, proteção e segurança, dispensados àqueles da própria CELEBRADA, ficando esta livre e isenta de quaisquer responsabilidades em casos fortuitos ou de força maior;
- c) respeitar e cumprir todas as estipulações referentes ao sigilo das informações;
- d) devolver, independentemente de solicitação da outra parte, toda informação, sob qualquer forma que ela se encontre, bem como quaisquer cópias que eventualmente tenha em seu poder, após o término dos trabalhos sob contrato;
- e) manter em absoluta segurança e devidamente protegidos todo e qualquer programa de computador, documentação correlata, material e/ou informação com dados sigilosos, ou que venham a ter conhecimento, obrigando-se, ainda, por si, seus funcionários ou agentes e usuários, a não divulgar e nem revelar a terceiros quaisquer informações, sem prévia autorização escrita.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA IMPOSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Pelo presente Termo, a CELEBRADA reconhece a natureza sigilosa da informação que lhe será transmitida, sob forma escrita, oral, em meio magnético ou qualquer outra forma de acesso, pelo CELEBRANTE e compromete-se a:

- a) manter sob absoluto sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas, visando à execução dos trabalhos contratados;
- b) responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados, praticados nas dependências do CELEBRANTE, ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a esta ou a seus funcionários, com a substituição imediata daqueles que não corresponderem ao padrão de comportamento exigido;
- c) permitir o acesso à informação apenas aos seus funcionários ou prepostos, que necessitem absolutamente de conhecê-la para os fins referidos, comunicando-lhes antecipadamente as obrigações assumidas em matéria de sigilo e impondo-lhes o seu cumprimento;
- d) não utilizar informações do CELEBRANTE em benefício próprio ou de terceiros;
- e) proteger as informações de divulgação a terceiros com o mesmo grau de cautela com que protege suas próprias informações de importância similar, tendo em vista a natureza dos negócios do CELEBRANTE;
- f) assegurar que, durante a execução dos serviços, seus empregados façam uso de crachás contendo o nome, a função e a denominação;
- g) credenciar junto ao CELEBRANTE todo o seu pessoal designado para a execução dos serviços, objeto deste Termo, sob pena de não lhe ser permitido o acesso às instalações;
- h) comunicar ao CELEBRANTE qualquer alteração relativa à titularidade ou gestão;
- i) instruir os encarregados, responsáveis pelo tratamento das informações confidenciais, a proteger e manter o sigilo das mesmas.

Parágrafo Primeiro

A CELEBRADA, para fins de sigilo, obriga-se por seus administradores, empregados e contratados.

Parágrafo Segundo

A obrigação de sigilo mantém-se, mesmo após o termo da vigência do contrato, só cessando após autorização escrita do CELEBRANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO

I - O não cumprimento do compromisso de sigilo, estabelecido neste instrumento, sujeitará a CELEBRADA ao pagamento das perdas e danos sofridos pelo CELEBRANTE, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, decorrentes da violação deste Termo.

II - O não exercício pelas partes de qualquer direito a ela assegurado neste Termo, ou a não aplicação de qualquer medida, penalidade ou sanção possível, não importará em renúncia ou novação, não devendo, portanto, ser interpretada como desistência

de sua aplicação em caso de reincidência.

CLÁUSULA QUINTA - DO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES

I - O presente Termo obriga as partes e seus sucessores.

II - A Diretoria de Infraestrutura e Soluções Tecnológicas da Superintendência de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Fazenda - DIST/STI/SEF acompanhará e fiscalizará o cumprimento deste Termo.

III - Este Termo não poderá ser modificado, alterado ou rescindido, no todo ou em parte, exceto por documento escrito assinado entre as Partes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte - MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente surgidos em decorrência deste instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com o Contrato, o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

CELEBRANTE: ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CELEBRADA:

Testemunha 1:

Testemunha 2:



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 22/11/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38246104** e o código CRC **FC1EC1FD**.



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.20.09.2020.

ORDEM DE SERVIÇO

ANEXO VI - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço: _____

Processo: _____ Procedimento de Contratação: _____

Órgão ou entidade: _____

CNPJ: _____

Unidade de Compra: _____

Dados do empenho

Nº e ano do empenho	Data do empenho	Unid. Contábil/executora	Unid. Orçamentária	Nº do contrato ou instrumento equivalente

Elemento-Item de despesa: _____

Fornecedor: CNPJ: _____

Razão Social: _____

Endereço: _____ (endereço completo)

Telefones: _____

Banco: Nº Banco _____ - Nome do Banco _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Unidade de Pedido: _____

Endereço de Entrega: _____

Item de serviço: _____

Especificação: _____

Demais informações necessárias para contratação: _____

Unid. aquisição / fornecimento	Frequência De Entrega	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor Total da Ordem de Serviço: R\$ _____ (Valor total por extenso)

SENHOR FORNECEDOR, não emitir cobrança bancária. Os nossos pagamentos são efetuados através de ordem de pagamento direto para sua conta corrente.

CONDIÇÕES GERAIS

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

Nome: _____

CNPJ: _____

Telefones: _____ ou _____

Endereço: _____ (endereço completo)

Observações:

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

Aprovação do Emitente

Assinatura do Fornecedor

Data: ____ / ____ / ____



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 22/11/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38246283** e o código CRC **381DFEF8**.

Referência: Processo nº 1190.01.0017710/2021-68

SEI nº 38246283